

PROSTITUIÇÃO COMO OCUPAÇÃO: COMPLEXIFICANDO O DEBATE

Aline Godois de Castro Tavares¹

Palavras Chaves: Prostituição; Trabalho; Autonomia das mulheres.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo discutir os avanços e limites da *Perspectiva trabalhista da prostituição* através da análise da dinâmica do trabalho sexual no bairro Jardim Itatinga, um conhecido bairro de prostituição da cidade de Campinas. Procuo entender como um discurso afirmativo sobre a prostituição ocupa uma zona de perigo entre a busca por direitos para as mulheres profissionais do sexo e o reforço de um sistema econômico que tem como objeto a exploração do trabalho feminino.

Justificativa e Metodologia

A prostituição é objeto de inúmeros olhares e debates, preenchendo a agenda de diversas instituições: religiosa, policial [Pereira, 2006], médica [Engel, 1989] e feministas [Piscitelli, 2005; Kempadoo, 1998; Rubin, 1992]. Ao longo dos últimos 30 anos, o debate político e acadêmico sobre o tema vem se complexificando e ganhando novas perspectivas, reforçado principalmente pelo aparecimento de diversas organizações de trabalhadoras sexuais em diversas partes do mundo.

Essas organizações, aliadas a segmentos feministas da academia, promovem um discurso afirmativo sobre a prostituição, consagrando um posicionamento distinto dos demais, conhecido como *perspectiva trabalhista*². Atualmente existem quatro agrupamentos que sistematizam os debates em torno da prostituição: o modelo abolicionista, o proibicionista, regulamentarista, e, mais recentemente, a perspectiva trabalhista [Piscitelli, 2007]. De forma geral podemos entender os três primeiros posicionamentos como compartilhando da mesma visão moral sobre a prostituição, entendendo-a com um mal social e que deve ser, dependendo do modelo, suprimida ou controlada

Os três primeiros traduzem-se em sistemas legais específicos, sendo o proibicionista aquele que criminaliza todo o entorno da prostituição, incluindo a própria prostituta; o abolicionista, que entende a mulher como vítima e criminaliza a cafetinagem e, em alguns casos, o cliente; e por fim o regulamentarista, que considera a prostituição como um “mal necessário”, sendo assim, deve ser controlado pelo Estado [Mazariol, 1976].

Por fim, como principal objeto deste trabalho, encontra-se a perspectiva trabalhista, ou laboral, difundida por organizações de trabalhadoras do sexo, movimentos LGTTB e segmentos feministas ligados à academia. Entre os anos de 1980 e 1990 surgem os principais grupos da categoria. Esses coletivos possuem como bandeiras a luta contra a violência policial, a busca por direitos humanos, civis e sociais, e têm como marcos na América Latina as manifestações realizadas no Equador em 1982; no Brasil em 1987 e no Uruguai em 1988. [Kempadoo e Doezema, 1998]

Longe de oferecer um panorama detalhado sobre os diversos agentes e interesses em disputa dentro desse cenário, o objetivo deste trabalho é iniciar uma discussão sobre

1 Mestranda no Programa de Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. E-mail: alinetavares00@gmail.com

2 Podemos encontrar como sinônimo de *perspectiva trabalhista* o termo “despenalização”. No entanto, opto aqui por utilizar o termo trabalhistas, ou laboral, por entender que a despenalização é uma bandeira dentro dessa perspectiva, foco inclusive de alguns tensionamentos entre organizações de trabalhadoras do sexo.

os avanços e as armadilhas dessa perspectiva através da comparação entre dois espaços de prostituição distintos da cidade de Campinas: o Jardim Itatinga³ e a região central da cidade⁴.

Com base em uma etnografia realizada em ambos, procurarei caracterizar estes dois espaços com vistas a entender a dinâmica de trabalho predominante em cada um e como o discurso trabalhista relacionam-se com as práticas das mulheres prostitutas nesses locais. Essas regiões são marcadas por fortes diferenciações entre si, próprias do local onde o programa é realizado – centro e periferia urbana –, que possuem características singulares das interseções entre gênero, classe e geração.

Os avanços e armadilhas a que fizemos referência guardam relação com a perspectiva que orienta este trabalho, qual seja, feminista e anti-capitalista, priorizando o caminhar no sentido da luta pelos direitos das mulheres, do fim da violência sexista e de uma sociedade onde o trabalho esteja fora dos marcos da precarização capitalista.

Mais além, este estudo parte de uma linha que entende a prostituição como um trabalho. Fala-se atualmente em Mercado do Sexo, uma vez que prostituição é um termo altamente plural e que não consegue dar conta da infinidade de relações que envolve a troca comercial do sexo. Esse mercado vem crescendo de forma rápida e rentável [Piscitelli, 2005]. Diversas forças atuam no seu interior, apropriando-se rapidamente de um discurso nascido originalmente na luta das mulheres prostitutas por seus direitos, criando as armadilhas que, virtualmente, podem levar demandas históricas a reforçar um padrão perverso de exploração do trabalho sexual.

Procurei analisar, no interior da perspectiva trabalhista, como o entendimento da prostituição enquanto um trabalho é uma ferramenta importante na luta pelos direitos das mulheres, na criação de uma trajetória de auto-organização de mulheres populares e na emancipação das mulheres envolvidas no processo organizativo. No entanto, buscarei complexificar as relações existentes dentro das diversas modalidades de trabalho, entendendo que apenas a concepção trabalhista da prostituição não apaga as relações de violência e exploração que podem envolver essa ocupação.

Conclusões Preliminares

Os dois grupos analisados possuem características altamente distintas. O Itatinga, sendo um bairro de confinamento na periferia de Campinas, convive de forma muito próxima a outros elementos marginalizados de nossa sociedade: o tráfico, a pobreza, a informalidade. Em alguns momentos torna-se difícil separar esses elementos, dado o grau de conexão existente entre eles. O trabalho nesse bairro, muitas vezes, torna-se a totalidade da vida dessas mulheres, que dormem, comem e se relacionam no mesmo local, dificultando a dissociação das demais esferas de sua vida social.

Em encontro realizado sobre o tema no bairro⁵, foi perceptível a apropriação do discurso trabalhista por mulheres que já foram prostitutas e que agora se iniciam no campo da cafetinagem. Promove-se um debate próximo ao empreendedorismo, que busca na comparação com um “trabalho como outro qualquer” a naturalização desta ocupação e o investimento no seu crescimento financeiro. Alguns elementos tradicionais

3 O Jardim Itatinga é considerado a maior Zona de Confinamento da América Latina, e segundo informações do Posto de Saúde do bairro, transitam por lá aproximadamente 2000 mulheres.

4 O Centro da cidade possui diversos pontos onde podemos encontrar a prática do troca comercial do sexo com dinâmicas totalmente distintas entre si.. Neste trabalho irei analisar especificamente o metiê realizado nas redondezas da Praça da Catedral Metropolitana de Campinas e da Praça Carlos Gomes no período matutino e vespertino.

5 “Profissionais do Sexo: Unidas pelo Respeito”. Realização: Associação de Profissionais do Sexo Mulheres Guerreiras e Coletivo Marcha da Vadias Campinas. 29 de junho de 2012.

da luta pelos direitos das profissionais do sexo são acionados nesse discurso, como por exemplo a segurança que a despenalização da atividade traria para as mulheres trabalhadoras. Entretanto, a discussão sobre direitos trabalhistas, o valor das comissões pagas pela utilização dos quartos para o programa e a relação algumas vezes violenta entre cafetina e prostituta não entraram na agenda do debate.

Na área central, durante um projeto que visava formação de mulheres profissionais do sexo, observou-se uma interação entre a perspectiva trabalhista e a realidade da prática de trabalho dessas mulheres bastante distinta. No geral, a prostituição nesses locais é caracterizada por trabalhadoras com idade entre 35 a 55 anos, autônomas, que moram em outras cidades com as famílias e realizam seu trabalho no horário comercial.

O convívio no centro da cidade permite a essas mulheres uma interação com outras esferas de sociabilidade para além do seu trabalho. A autonomia em relação ao seu trabalho ampliou as possibilidades dessas trabalhadoras participarem de formações sobre temas diversos, propostos por elas. Entre eles, foi feita a apresentação, para essas mulheres, de associações de prostitutas do Brasil que encampavam a perspectiva trabalhista. Esse processo resultou na constituição de uma associação de prostitutas na cidade, chamada de Mulheres Guerreiras, e significou para as participantes um empoderamento efetivo tanto nas suas relações familiares quanto no trabalho, definindo a prestação de serviço dentro dos critérios subjetivos de cada uma sobre ética e sexualidade.

BIBLIOGRAFIA

ENGEL, Magali Gouveia. Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro. São Paulo: Brasiliense, 1989.

KEMPADOO, Kamala e DOEZEMA, Jo; *Global Sex Worker: Rights, Resistance, and Redefinition*, Routledge, New York, 1988.

MAZZARIOL, Regina; "Mal necessário": ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas. Editora Universidade Estadual de Campinas, 1976

PEREIRA, Christiana Schettini; *Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006

PISCITELLI, Adriana; "Apresentação: gênero no mercado do sexo". *Cadernos Pagu*, 2005 (25), Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

_____ ; "Prostituição e Trabalho". In: Maria Ednalva Bezera de Lima; Ana Alice Alcantara Costa; Albertina Costa; Maria Betania Ávila; Vera Lúcia Soares. (Org.). Transformando as relações trabalho e cidadania, produção, reprodução e sexualidade. Salvador: UFBA/FFCH/CUT, 2007, v. 1, p. 183-195.

RUBIN, Gayle; "Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality" [1982] 1992, in: ABELOVE, Barale & ALPERIN: *The lesbian an gay studies reader*, Routledge.